

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO



06.2025

ESCOLAR

NEOBUS



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CAO
EDUCAÇÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

- 04** AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
- 08** NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS
- 10** NOTÍCIAS DO MPF
- 11** NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
- 12** NOTÍCIAS DIVERSAS

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Caroline de Assis e Silva Holmes Lins – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT

Profissionais da Educação recebem formação do MPMT em Rondonópolis

A 4ª Promotoria de Justiça Cível de Rondonópolis, com atribuições na área da Infância e Juventude, promoverá, no dia 10 de junho, uma formação voltada aos professores do Atendimento Educacional Especializado, diretores e coordenadores de todas as unidades de ensino da rede municipal de Rondonópolis (a 212 km de Cuiabá), ação desenvolvida no contexto do projeto estratégico institucional “Abraçando as diferenças - Escola para todos”. A capacitação foi solicitada pelo Departamento da Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis.



Parceiros estimam beneficiar 50 mil profissionais da Educação com cursos



O promotor de Justiça Álvaro Schiefler, da 1ª Promotoria de Justiça de Sapezal (500 km de Cuiabá), visitou em 03.04) a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) do município para acompanhar as melhorias realizadas com recursos repassados pelo Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) por meio do Banco de Projetos, Fundos e Entidades (Bapre).

MPMT aciona servidoras e colégio por apresentação de diplomas falsos

A 1ª Promotoria de Justiça Cível de Paranatinga ajuizou Ação Civil Pública (ACP) contra três funcionárias públicas, um colégio e o Município de Gaúcha do Norte, pela prática de atos de improbidade administrativa referentes à apresentação de certificados escolares fraudulentos para auferir vantagens remuneratórias indevidas. O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) solicitou que o Município forneça a relação completa dos servidores públicos que apresentaram certificados emitidos pelo Colégio Santa Luísa Eireli.





Profissionais da Educação participam de curso EaD em Alta Floresta

A 1ª e a 2ª promotorias de Justiça Cível de Alta Floresta (a 803 km de Cuiabá) promoveram, nos dias 12 e 13 de maio, o curso online Noções Básicas de Soluções de Conflitos Escolares para os profissionais de educação das redes municipal e estadual do município e das cidades de Nova Brasilândia e Carlinda. Realizado na modalidade de ensino à distância (EaD), a capacitação visa prevenir a violência escolar e promover uma cultura de paz nas unidades de ensino.

Palestra sobre prevenção de abuso sexual mobiliza comunidade escolar

O promotor de Justiça Alysson Antônio de Siqueira Godoy ministrou palestra e orientações voltadas à comunidade escolar sobre a importância da prevenção e denúncia de casos de abuso e exploração sexual na Escola Municipal Iara Maria Minoto Gomes, no bairro Jardim América, em Juara (673 km de Cuiabá). A iniciativa faz parte das atividades da campanha Faça Bonito.



MPMT pede suspensão imediata da desativação de escola rural em Juína

Em recurso de apelação interposto em 27 de janeiro, a 1ª Promotoria de Justiça Cível de Juína (a 735 km de Cuiabá) requereu a reforma da sentença que autorizou a desativação da Escola Estadual Rural Antônio Francisco Lisboa. O Ministério Público do Estado de

Mato Grosso (MPMT) solicitou a concessão de tutela antecipada recursal para suspender imediatamente a medida. O objetivo é assegurar a realização de um amplo debate com a comunidade local, com a participação do Conselho Municipal de Educação e demais entidades interessadas, a fim de discutir alternativas para a manutenção da escola ou a adequada realocação dos alunos.

MPMT recorre e pede remapeamento do transporte escolar em Juína

A 1ª Promotoria de Justiça Cível de Juína (a 735 km de Cuiabá) interpôs recurso de apelação contra a sentença que julgou improcedente a Ação Civil Pública movida contra o Município, visando à revisão das rotas do transporte escolar. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) argumentou que “a sentença merece reparo quanto ao julgamento improcedente do pedido de remapeamento e estudo das rotas existentes, sem a devida produção de provas, a fim de evitar que os estudantes permaneçam dentro do ônibus por tempo superior ao permitido”.



Rede de Proteção capacita profissionais da educação em Campo Novo

A Rede de Proteção da Infância e Juventude de Campo Novo do Parecis (a 396 km de Cuiabá) capacitou, na semana passada, profissionais da educação para identificar e prevenir a violência sexual contra crianças e adolescentes. A iniciativa faz parte da campanha “Faça Bonito”, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Promotoria inspeciona centros de educação infantil

A 1ª Promotoria de Justiça de São José dos Quatro Marcos realizou uma inspeção em quatro unidades educacionais do município que atendem crianças com idade entre 0 e 5 anos. O trabalho de fiscalização foi realizado na quarta-feira (30) pelo promotor de Justiça Jacques de Barros Lopes. “Foram averiguadas as instalações físicas, suprimento de material escolar, qualidade e regularidade dos alimentos fornecidos e estrutura de pessoal”, explicou o promotor de Justiça.



Audiência pública discute inclusão de alunos com TEA

A 2ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Primavera do Leste (234 km de Cuiabá) realizou, nesta terça-feira (20), uma audiência pública para discutir

discutir políticas públicas a serem implementadas pela Prefeitura Municipal, com foco na disponibilização de profissionais de apoio escolar para crianças a partir de 6 anos diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Procurador destaca importância de investimentos na educação

Durante a solenidade de instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, realizada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), na sexta-feira (16), o procurador de Justiça Paulo Roberto Jorge do Prado, da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente, ressaltou a importância do papel do Legislativo na alocação de recursos públicos voltados à infância e juventude.



MPMT leva palestras sobre abuso infantil para escolas de Cuiabá

Em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado em 18 de maio, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), por meio do Núcleo das Promotorias da Infância e Juventude, realizou no dia

16 de maio, uma série de palestras em escolas da capital. Ao todo, mais de 800 alunos participaram das atividades.

NOTÍCIAS DOS MP_s ESTADUAIS

MPAL e DPE entram com Ação Civil Pública contra o Estado para garantir ações afirmativas que reduzam evasão escolar de estudantes negros e quilombolas

O Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) e a Defensoria Pública Estadual (DPE) apresentaram à Justiça uma Ação Civil Pública (ACP) contra o Estado para que sejam executadas ações afirmativas na educação de modo a garantir o acesso e a permanência de estudantes negros e quilombolas.

Ação Civil Pública

Projeto “Proteja-me” capacita mais de 700 profissionais da Educação em quatro dias

O Projeto “Proteja-me: nossa voz importa”, executado pelo 33º promotor de Justiça de João Pessoa, João Arlindo Corrêa Neto, capacitou mais de 700 pessoas, em quatro formações realizadas, entre os dias 20 e 29 deste mês. Nessa primeira etapa, a iniciativa alcançou gestores de escolas, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, dentre outros profissionais, principalmente, sobre o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com destaque para a importância da escuta especializada.

MPGO obtém na Justiça a nulidade de contratos temporários e atualização do quadro de servidores da Educação do município de Catalão

Uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público de Goiás (MPGO) contra o município de Catalão foi extinta com a resolução do mérito para adequações na forma de contratação de servidoras (es) da área da Educação.





MPPE recomenda regularização e fiscalização da lei para garantir educação inclusiva no ensino básico de escolas particulares

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru, emitiu uma recomendação à Secretaria Municipal de Educação e à Gerência Regional de Educação Agreste Centro Norte (GRE) para regularizar e fiscalizar o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) do município nas instituições de ensino privadas.

MPSE propõe Cooperação Técnica e amplia articulação interinstitucional para fortalecer a Cultura de Paz nas escolas

Com o objetivo de unir esforços em prol da promoção de uma cultura de paz no ambiente escolar, o Ministério Público de Sergipe, por meio dos Centros de Apoio Operacional da Infância e Adolescência (CAOpIA) e da Educação (CAOp da Educação), realizou reunião com representantes da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), da Secretaria Municipal de Educação de Aracaju (Semed) e da Federação dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Sergipe (Fenen/SE), para ampliar a divulgação da Campanha “Paz nas Escolas” nas redes de ensino estadual, municipal e particular.



Seminário sobre Educação Inclusiva: 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão

Para tratar dos avanços e desafios do acesso à educação por parte das pessoas com deficiência, o seminário “Educação Inclusiva - 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão”, reuniu mais de 400 profissionais da área para um dia de debates e aprendizado. O encontro foi realizado em 8 de maio, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). [Acesse aqui a transmissão do evento.](#)

NOTÍCIAS DO MPF



Sistema de Justiça e Educação: MPF destaca papel ativo na garantia de direitos quilombolas

O Ministério Público Federal (MPF) participou da videoconferência nacional para tratar da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq). Transmitido pelo [canal do MEC no Youtube](#), o evento debateu a educação para as relações étnico-raciais (Erer) e a educação escolar quilombola (EEQ). A videoconferência A Pneerq e a aplicabilidade das legislações sobre Erer e EEQ foi acompanhada por educadores de todo o país.

MPF entra com ação para que União adote medidas contra o bullying escolar sofrido por alunos LGBTI+

O Ministério Público Federal (MPF) acionou a Justiça Federal para obrigar a União a tomar medidas para combater e prevenir o bullying praticado contra alunos e pessoas LGBTI+ nas escolas brasileiras. ação denuncia a omissão do governo federal diante de um cenário classificado como pandêmico de bullying nas instituições de ensino brasileiras, com dados alarmantes sobre a violência direcionada a estudantes LGBTI+. [Ação Civil Pública nº 1005680-28.2025.4.01.3000 \(documento contém temas sensíveis\)](#). [Consulta processual](#).



MPF recomenda que 59 municípios capixabas cumpram piso salarial do magistério



O Ministério Público Federal (MPF) enviou recomendação a 59 municípios capixabas para que enquadrem os vencimentos dos profissionais da educação básica, na ativa e em efetivo exercício, ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério público. O piso é definido anualmente pelo Ministério da Educação e, atualmente, está em R\$ 4.867,77 para a jornada de trabalho de 40 horas semanais, sendo proporcionalmente pago, para a jornada semanal de 25 horas, o valor de R\$ 3.042,36.

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

[Norma que proíbe linguagem neutra em escolas e prédios públicos de SC é inválida, decide STF](#)

O Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou norma do Estado de Santa Catarina que proibia o uso de linguagem neutra, sem designação de gênero masculino ou feminino, em escolas e órgãos públicos estaduais. A decisão foi tomada por unanimidade no julgamento virtual da Ação Direta de Inconstitucionalidade [\(ADI\) 6925](#), concluída em 6/5.



[Programa de escolas cívico-militares de SC é questionado no STF](#)

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) questionou a validade do programa que instituiu escolas cívico-militares no Estado de Santa Catarina. A Ação Direta de Inconstitucionalidade [\(ADI\) 7809](#) foi distribuída ao ministro Dias Toffoli, que decidiu submeter o caso diretamente ao Plenário e pediu informações ao governador do estado.



[Lei sobre gratuidade no transporte para professores em Mato Grosso é contestada no STF](#)

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu a Ação Direta de Inconstitucionalidade [\(ADI\) 7803](#), proposta pelo governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, contra lei estadual que concede gratuidade no transporte coletivo municipal e intermunicipal a professores da rede pública estadual e municipal matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação no estado. O relator do caso no STF é o ministro Nunes Marques.



NOTÍCIAS DIVERSAS



Ministérios Públicos e Tribunais de Contas fiscalizam escolas para verificar abastecimento de água potável, saneamento básico e banheiros

A Corregedoria Nacional do Ministério Público realizou, nessa segunda-feira, 31 de março, o Ciclo de Debates em Direitos Fundamentais no Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT). O evento, voltado aos membros da instituição, abordou temas essenciais, como o combate à violência contra a mulher e a promoção da educação infantil, e integra a programação da correição ordinária que será realizada até 4 de abril no estado.

UNICEF e Secretaria de Educação do Rio de Janeiro firmam parceria para criar oportunidades de emprego para estudantes da rede estadual

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ) assinaram, nesta segunda-feira (26/05), um memorando de entendimento para fortalecer a cooperação na área de educação. O acordo inclui a adesão ao programa Um Milhão de Oportunidades (1MiO), iniciativa que apoia a formação profissional e a empregabilidade de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade no estado. Por meio da plataforma 1MiO, a meta é alcançar 10% dos estudantes da rede estadual de ensino, compreendendo os alunos matriculados no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).



Enem volta a certificar conclusão do ensino médio; saiba como

As notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir da edição de 2025, voltarão a ser usadas para a certificação de conclusão do ensino médio e como declaração parcial de proficiência nessa etapa de ensino, desde que o participante alcance a pontuação mínima em cada área de conhecimento das provas.

Criança autista tem direito a acompanhamento em tempo integral na escola

O artigo 3º da Lei 12.764/2012 estabelece o acesso à educação como direito da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA). E também determina que essa pessoa deve ter acompanhamento especializado quando necessário. Esse foi um dos fundamentos adotados pela juíza Patrícia Alcalde Varisco, da Vara Única de Nazaré Paulista (SP), para reconhecer o direito de uma criança com TEA a acompanhamento integral durante o período escolar.



TJMT lança projeto pioneiro que une Justiça e Educação no combate à violência contra a mulher

Com foco na prevenção e transformação social, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) lançou no dia 29 de maio, projeto que pretende combater a violência contra a mulher a partir das escolas. A iniciativa, que integra a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, alia a força do Judiciário ao poder da Educação para atuar diretamente na base da sociedade, formando uma nova geração comprometida com a equidade, o respeito e os direitos humanos. [Confira aqui a íntegra da programação.](#)

Câmara discute educação em tempo integral no âmbito do PNE

O Ministério da Educação (MEC) participou, nesta quinta-feira, 22 de maio, da audiência pública da comissão especial que analisa o novo Plano Nacional de Educação (PNE). O objetivo do encontro foi debater as metas do plano acerca da educação em tempo integral. O MEC, desde 2023, coordena em todo o país o Programa Escola em Tempo Integral, que fomenta a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica.





CAO EDUCAÇÃO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br